

“Aleivosos e rebeldes”: Lideranças indígenas no Rio Negro, século XVIII

Patricia Melo Sampaio*

Em setembro de 1755, uma reunião estratégica aconteceu em Mariuá (Barcelos), sede da recém-criada Capitania de São José do Rio Negro, no noroeste da região amazônica. Foi articulada pelo governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e contou com a presença de importantes lideranças indígenas: os Principais Cucuí, Emu, Biturá, Manacaçari e Aduana.¹

A pauta era enganosamente simples: interessava ao governador, maior autoridade colonial na Amazônia Portuguesa, convencer os Principais a colaborar com os descimentos, a prática colonial de contato destinada a ampliar os incipientes núcleos coloniais por meio do deslocamento dos índios de suas aldeias e realizada com base em acordos com as lideranças indígenas.

Para desencanto de Mendonça Furtado, os resultados foram parcos; apenas Manacaçari concordou com o descimento enquanto os outros rejeitaram a proposta com desculpas “frívolas”. De todo modo, não era tão ruim assim. Afinal, Manacaçari era um dos mais respeitados Principais daquele rio e era sabido que muitos estavam sob sua proteção.²

Contrato feito, Manacaçari e Aduana prepararam-se para retornar às aldeias acompanhados por um grupo de 41 pessoas designadas por Furtado para concluir o descimento. Partiram rio Negro acima, em direção ao rio Marié, lugar acertado para o encontro com os índios. No dia 5 de outubro, após 23 dias de viagem, os Principais se

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHISTORIA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Bolsista de Produtividade do CNPq. Contato: patricia@pq.cnpq.br

¹ A Capitania de São José do Rio Negro (1755) pertencia ao Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751). Entre 1772-1774, este Estado foi dividido em dois: Estado do Piauí e Maranhão e Estado do Grão-Pará e Rio Negro; a Capitania ficou subordinada a este último. Esta divisão administrativa perdurou até 1823, quando o Pará aderiu à independência do Brasil e o Rio Negro passou à condição de Comarca da Província do Pará, só ganhando autonomia em 1850 com a criação da Província do Amazonas. Seu território corresponde, *grosso modo*, ao do atual Estado do Amazonas. Usamos o termo *Principal* para designar as lideranças indígenas existentes nas povoações coloniais, mantendo seu emprego tal como aparece na documentação.

² A reunião de lideranças está descrita na 136ª Carta - Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Marquês de Pombal, 15 de novembro de 1755 *In* MENDONÇA, Marcos C. *A Amazônia na Era Pombalina*. Rio de Janeiro: IHGB, 1963, 2 v, pp. 841-848.

separaram do grupo, afirmando que se adiantavam para “reunir sua gente” e preparar “um alegre encontro”. Confirmando as suspeitas de um velho amigo de Manacaçari, o cabo de esquadra João Muniz que acompanhava a expedição, no dia e local combinado não havia ninguém.³

O grupo esperou por três dias sem que os índios aparecessem. Percebendo que estavam nos arredores, resolveram tentar conversar com Manacaçari. O amigo Muniz saiu levando aguardente e, quando retornou, afirmou que os índios estavam fazendo farinha e logo deveriam se decidir. Contudo, revelou sua preocupação com a “inconstância dos índios” aliada ao fato de que estavam se juntando ao grupo outros Principais, com índios armados com arcos, flechas e arcabuzes. Outros 10 dias se passaram e mais um encontro frustrado; a canoa que deveria fazer o transporte dos índios esperou por dois dias em vão...

No dia 25 de outubro, mais uma embaixada foi feita, liderada por Muniz, acompanhado pelo Principal de Mariuá, Romão de Oliveira Jananitari, um soldado e 6 índios. Era a cartada decisiva do grupo, mas, nesta ocasião, as coisas tiveram um rumo bem diferente. Nada de desculpas “frívolas”: Muniz foi morto com um tiro de Manacaçari, depois de ter participado de uma festa na maloca. Também foram mortos Romão de Oliveira Jananitari, o soldado e dois índios. Os outros fugiram e retornaram ao acampamento luso para relatar o ocorrido.

A retirada foi rápida porque tal “foi o temor que se apoderou que deixou aos bárbaros a bandeira da real canoa”, motivo de vergonha para o capitão Estevão José da Costa no retorno a Mariuá. Como disse Antonio Landi: “Eis o fim desta expedição feita com pouca cautela”.⁴

Mais que um descimento frustrado: revelando estratégias das políticas indígenas

O episódio do descimento do Marié não é excepcional. A historiografia relativa à Amazônia colonial está repleta de relatos similares. O que chama a atenção neste caso é, precisamente, sua recorrência no momento em que os portugueses estão, mais uma

³ Além dos Principais Manacaçari e Aduana, o grupo era composto por 28 remeiros, 11 militares, um capelão carmelita e o arquiteto José Landi, autor do Diário de Viagem ao rio Marié em setembro de 1755... In FERREIRA, Alexandre R. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*, 2ª ed. organizada, atualizada, anotada e ampliada por SANTOS, Francisco J., UGARTE, Auxiliomar S. e OLIVEIRA, Mateus C. Manaus: EDUA/Editora do INPA, 2007, pp. 564-571, usado para construção deste artigo.

⁴ FERREIRA, Alexandre R. *Op. cit.*, p. 569.

vez, estabelecendo as bases do estado colonial em determinada região tendo que se confrontar e/ou negociar com as lideranças nativas. Estamos na 2ª metade do século XVIII e esta não era uma situação nova para os representantes do Império já suficientemente experimentados em tais procedimentos desde o século XVI, na África, na Ásia e no Estado do Brasil.

Contudo, discutir tais experiências não é objetivo deste texto. A proposta é usar o impressionante relato do descimento do Marié para tentar desvendar uma face pouco estudada: as estratégias políticas das lideranças indígenas do rio Negro e a rede de alianças que este e outros episódios permitem entrever.

O papel das lideranças indígenas na América tem gerado intensas discussões. Aqui, tomamos como referência o trabalho de Steve Stern que observou as ambigüidades das lideranças indígenas de Huamanga (Peru) no usufruto de seus novos privilégios, mas também destacou a força das relações de reciprocidade existentes entre os índios que asseguravam, inclusive, a capacidade de negociação das lideranças com espanhóis e a defesa de determinadas prerrogativas dos aldeados.⁵

Para o Brasil, Maria Regina Celestino de Almeida tratou do tema para o Rio de Janeiro colonial, chamando a atenção para o fato de que, tal como no mundo colonial hispânico, na América portuguesa verifica-se, ainda que em menor escala, um processo de incentivo à criação de uma nobreza indígena por meio de uma série de concessões honoríficas a lideranças nativas que haviam se constituído em “importantes agentes intermediários entre o mundo indígena e o mundo colonial”.⁶

É certo que estamos aqui a tratar de personagens distintos no caso do descimento do Marié. Afinal, nenhum dos envolvidos possuía qualquer tipo de honraria ou concessão real. Não é bem assim. Observando com mais atenção, parece estar em pleno movimento uma estratégia de enobrecimento dirigida àquelas que eram reputadas como sendo as principais forças políticas rionegrinas.

⁵ STERN, Steve. The rise and fall of indian-white alliances: a regional view of “conquest” history. *Hispanic American Historical Review*, v. 61, n. 3, pp. 461-491, 1981. Ver, entre outros, WILDE, Guillermo. *Antropologia histórica del liderazgo Guarani Misionero, 1750-1850*. Tesis de Doctorado. Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires, 2003.

⁶ ALMEIDA, Maria R. De Araribóia a Martim Afonso: lideranças indígenas, mestiçagem étnico-culturais e hierarquias sociais na colônia. In. VAINFAS, Ronaldo, SANTOS, Georgina, NEVES, Guilherme (orgs). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: Ed.UFF, 2006, p. 13.

A documentação revela que o pouco que os portugueses sabiam a respeito das movimentações políticas de Manacaçari era mais que suficiente para deixá-los em alerta sem descuidar das tentativas de trazê-lo para dentro do mundo colonial e de sua rede de concessões, mercês e privilégios. Em certa medida, esta é parte importante da proposta de descimento apresentada por Mendonça Furtado naquela reunião de 1755. Cada acordo de descimento tinha lá suas especificidades mas, sem dúvida, aquele que Manacaçari firmou com Furtado incluía o reconhecimento de seu título de Principal, fazendo jus aos privilégios e distinções do posto. Era razoável supor que também incluísse a concessão de terras ao grupo descido, ferramentas e insumos agrícolas, isenção de dízimos, entre outras possibilidades.

De todo modo, o que se quer sublinhar é que, ao lado das práticas de enobrecimento de determinados líderes indígenas, outros procuravam manter suas redes de poder lançando mão de diferentes estratégias, entre as quais, o fortalecimento de alianças políticas nativas para fazer frente à expansão colonial. Neste caso, nosso personagem central, o Principal Manacaçari parece ser exemplar neste sentido.

Manacaçari inspirava temor nas autoridades coloniais e sua presença na reunião de 1755 não era fortuita. Furtado sabia que os homens presentes naquele dia eram todos seus “vassalos” e que o próprio Manacaçari só estava ali porque um dos seus, o Principal Joá, havia feito a mediação para que ele comparecesse ao arraial. Dos motivos de Joá, trataremos depois. Por ora, interessa desvendar a rede que conectava aquelas lideranças.

Aduana era liderança Manao mas não tinha título de Principal reconhecido pelas autoridades portuguesas. Talvez seja esta a razão pela qual Furtado omite sua presença na carta enviada a Pombal e ele só aparece no *Diário de Viagem* de Antônio Landi. A ele reportavam-se como sendo “cabeça de um mocambo”, depois que se havia retirado da aldeia de Santo Ângelo de Cumaru em 1739 e se refugiado com sua gente sob a proteção de Manacaçari “puxando assim quantos índios pode das aldeias (...) e fazendo roubos e todas as mais extrações que podem”. Nesta rede, contavam-se ainda os Principais Mabi e Caburé.⁷

⁷ As citações estão na 136ª Carta - Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Marquês de Pombal, 15 de novembro de 1755 *In* MENDONÇA, Marcos C., *idem, ibidem.*

Mabi era irmão de Manacaçari e, além deles, havia ainda Beari e Ajamari. Era liderança mas não tinha título de Principal. Estava estabelecido “junto à cachoeira” como “cabeça de mocambo” e “recolhendo nele todos os fugidos das aldeias e de casas particulares para se fazer poderoso”. Caburé, apenas mencionado por Furtado, parecia ter uma trajetória similar à de Aduana porque também não era Principal reconhecido mas outro “cabeça de mocambo”. Fugido da Fortaleza de Pauxis (Óbidos), abrigou-se com Aduana e acabou por liderar seu próprio grupo também sob a proteção de Manacaçari, “seu confederado e protetor que fez com eles união e está pronto a recolher quantos fugidos vão para sua aldeia”.⁸

È importante chamar atenção para a forte instabilidade que os mocambos de índios geravam na medida em que funcionavam como verdadeiros drenos de gente das povoações/aldeamentos lusos e, ao mesmo tempo, representavam outra possibilidade de sobrevivência para além dos rigores do cativeiro ou da disciplina das missões. Assim, comprometiam, de forma significativa, um dos mais caros projetos coloniais que contava com os índios para expansão demográfica e consolidação dos núcleos urbanos na colônia.

Cucui e Emu, presentes à reunião, eram irmãos mas estavam liderando aldeias diferentes: a de Cucuí estava localizada pouco superior a Marabitanas e a aldeia de Emu localizava-se no rio Ubatiba, que deságua no rio Cassiquiari junto ao Orinoco. Ambos faziam parte do arco de alianças de Manacaçari. Deles, sabia-se que participavam da extensa e longeva rede mercantil que incluía gêneros, bens e escravos índios.

*Estes dois irmãos, como outros mais, viveram a tiranizar estes sertões fazendo guerras injustas aos menos poderosos para os amarrarem e venderem, cujo comércio faziam conosco, e do produto da venda daqueles miseráveis se proviam de tudo que lhes era necessário.*⁹

A trajetória de Joá (João) é um pouco diferente. O Principal foi um dos primeiros a ser convocado ao arraial pelo governador por conta de uma situação

⁸ 136ª Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Marquês de Pombal, 15 de novembro de 1755
In MENDONÇA, Marcos C., *idem, ibidem.*

⁹ 137ª Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Marquês de Pombal, 16 de novembro de 1755
In MENDONÇA, Marcos C. *op. cit.*, 2 v, pp. 853-855.

particular: sua filha havia sido resgatada das mãos de conhecido traficante de índios, Pedro Braga, e estava em Mariuá. Joá tentou levá-la consigo para aldeia mas Furtado aproveitou-se da ocasião para instá-lo a descer porque não poderia permitir que a moça, batizada, retornasse “para viver como gentia”. Foi preciso muita conversa para que Joá concordasse com a proposta; afirmava “não querer ser governado por padres e outros”. Foi nesta conjuntura que ele atuou como intermediário garantindo a presença de Manaçari na reunião com Furtado. Afinal, 70 índios da aldeia de Joá desceram para o Pará, mas, uma estratégia do Principal revela sua enorme cautela: deixou a maior parte de sua gente sob a liderança de seu irmão, mantendo a aldeia entricheirada e pronta para o combate.¹⁰

A rede traçada até aqui é impressionante. Manaçari, aparentemente, controlava homens e arcos desde a região localizada acima de Marabitanas até às imediações do arraial de Mariuá. Nesta breve (e certamente incompleta) lista, a crer na acuidade dos informantes de Mendonça Furtado, contamos sete Principais diferentes sob sua vassalagem. Uma pergunta se impõe: em que condições tal rede foi construída?

Poderes, políticas e hierarquias indígenas no rio Negro

De acordo com Robin Wright, as sociedades indígenas do Noroeste da Amazônia são interligadas por uma rede de vínculos sociais, comerciais, políticos e religiosos. A rigor, o autor aponta para a existência de um sistema de interdependência regional que, nos tempos pré-contato, era ainda mais amplo estendendo-se do Orinoco até o Baixo Rio Negro. A extensa região era centro de um vasto território Arawak e as interconexões entre esses povos, realizadas por meio de casamentos, alianças e trocas mercantis, formavam uma dinâmica importante sendo que estes povos eram fundamentais para integração desta rede. Utilizando, de modo eficaz, o sistema fluvial Içana-Uaupés-alto rio Negro ligavam-se aos rios Solimões, Japurá-Caqueté, Putumayo, Branco, Orinoco, Guavire e aos *llanos*.¹¹

¹⁰ 108ª Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Marquês de Pombal, 8 de julho de 1755 In MENDONÇA, Marcos C. *op. cit.*, 2 v, pp. 732-733.

¹¹ WRIGHT, Robin. História Indígena do Noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas In. CUNHA, Manuela C. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP/SMC, 1992, p. 263.

O caso dos Manao é ilustrativo. Na condição de mercadores, eram peças-chaves de uma extensa malha que conectava chefias sub-andinas (Tunebo, Chibcha) aos povos do Amazonas e do Solimões (Yurimagua, Aisuari): “Brincos de ouro, ralos de mandioca e tintas vegetais figuravam entre os itens mais importantes deste comércio. (...) No final do século XVII, os Manao começaram a mudar o seu comércio para uma concentração em escravos com os holandeses no norte”¹²

Refletindo sobre os impactos da expansão colonial sobre as populações nativas da área e suas respostas a estes movimentos, Silvia Vidal e Alberta Zucchi apresentam uma periodização que pode ser útil para entender as movimentações políticas de nossos personagens: ¹³

1) Séculos XV- XVII – Consolidação e desaparecimento dos macrossistemas nativos

Aqui, as autoras identificam os arranjos nativos no momento do contato e suas transformações posteriores. Afirmam que, no noroeste amazônico, as populações indígenas estavam organizadas em torno de dez macrossistemas políticos nativos: Conori, Omagua, Manoa, Machiparo, Grande Airico, Tapajoso, Karipuna, Paricora, Huyapari e Aruaki.

De modo particular, interessa-nos destacar o **Macrossistema Manoa**, situado na margem esquerda do Médio Amazonas, entre o rio Negro e o Japurá, até o Cassiquiari e Alto Orinoco, composto pelos Manao, Yurimáguas, Epuremei ou Maduacaxes e Macureguari. É possível observar uma forte proximidade entre o território definido para o Macrossistema Manoa e a “zona de influência” de Manacaçari.

Vidal e Zucchi enumeram características em comum aos macrossistemas, a despeito de sua heterogeneidade étnico-linguística: a) a multietnicidade; b) as hierarquias interétnicas; c) territórios claramente definidos, com zonas neutras e povoações fortificadas; d) lideranças cuja autoridade e poder se definiam por seu controle sobre sua gente; e) especialização econômica e produção de excedentes para

¹² WRIGHT, Robin *Idem ibidem*. Vale conferir ainda FARAGE, N. De Guerreiros, Escravos e Súditos: O tráfico de escravos caribe-holandês no século XVIII. *Anuário Antropológico*/84, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 174-187, 1985.

¹³ VIDAL, S. e ZUCCHI, A. Efectos de las expansiones coloniales en las poblaciones indígenas del Noroeste Amazónico (1798-1830). *Colonial Latin American Review*, v. 8, n. 1, pp. 113-132, 1999.

troca; f) interdependência sócio-econômica dos grupos ribeirinhos e interfluviais; g) uma etnicidade que transcendia as fronteiras econômicas, políticas e linguísticas.¹⁴

2) Século XVIII – Surgimento e extinção das confederações multiétnicas¹⁵

Neste novo momento, os impactos da expansão colonial já são poderosos refletindo-se nas transformações diferenciadas que os macrossistemas nativos sofreram. Entre finais do século XVII e início do XVIII, verifica-se a desintegração dos macrossistemas nativos e a emergência de novas formações político-econômicas entre os povos do Alto Rio Negro - Alto Orinoco: as Confederações Multiétnicas.

São definidas como organizações político-econômicas dirigidas por poderosas lideranças cuja autoridade estava baseada na sua capacidade de captar seguidores (grupos de parentes por consaguinidade, por afinidade e aliados), por suas habilidades como comerciantes regionais (especialmente de produtos europeus) e por seus conhecimentos e/ou poder xamânico.

*Durante este período, la inserción definitiva de los grupos del río Negro en la vasta red comercial de bienes europeos, y el control exclusivo que algunos líderes y grupos indígenas ejercían sobre extensos sectores de los ríos Negro, Branco y Alto Orinoco, provocaran reacciones entre las autoridades de las colonias española y portuguesa. Estas se materializaron a través de la intensificación de las exploraciones y del patrullaje, y de un mayor control sobre rotas comerciales por cuales circulaba mercancías destinadas a otras potencias europeas.*¹⁶

O recrudescimento de tais medidas provocou sérios conflitos entre as diferentes potências coloniais bem como entre os diversos grupos indígenas envolvidos desencadeando uma onda de violência que acelerou a perda de autonomia política e econômica dos, até então, poderosos grupos indígenas rionegrinos.

Vidal e Zucchi detalham, para o período que vai de 1700-1755, seis grandes confederações multiétnicas, a saber: Confederação dos Manao, liderados por Ajuricaba, entre outros chefes; dos Cauaburicenas, liderados por Curunamá; dos Aranacoacenas;

¹⁴ VIDAL, S. e ZUCCHI, A. *op. cit*, pp. 115-116.

¹⁵ VIDAL, S. e ZUCCHI, A. *op. cit*, pp. 117-118

¹⁶ VIDAL, S. e ZUCCHI, A. *Idem ibidem*. Existe um último recorte, relativo ao período de 1798-1830, que trata do surgimento do sistema de envidadamento e da cultura de fronteira que não será tratado aqui por ultrapassar os objetivos deste texto.

dos Demanaos, sob a liderança de Camanao, Manacaçari, Mabé, entre outros; dos Madavakas, conduzidos por Guaicana, Amuni e Mavideo; dos Boapé-Tariana-Baniwa.¹⁷ Para as autoras, as respostas européias a estas confederações, além das ações repressivas, incluirão uma ação sistemática de demarcação de suas respectivas fronteiras.

A referência aos personagens do descimento do Marié não nos parece casual. Ao contrário, reforça a hipótese deste texto de que aquele frustrado descimento é capaz de iluminar a extensão das redes políticas que conectavam os povos do rio Negro e, em certa medida, os contextos que informavam suas leituras e decisões políticas.

A presença portuguesa no rio Negro data do 2º quartel do século XVIII e, desde então, as populações nativas foram obrigadas a conviver com missionários, tropas de resgate e de guerra, traficantes de índios, entre outros personagens. A diversidade de experiências que os uniu permite dimensionar a complexidade das modalidades assumidas pelas políticas indígenas no rio Negro.¹⁸

Além das extensas redes de trocas ameríndias, os rios passam a ser frequentados, com regularidade crescente, por outros personagens, tais como comerciantes que traziam mercadorias e, em troca, compravam índios. A filha do Joá teve a má sorte de ser apanhada por um deles, Pedro Braga.

Praticamente ignorados pela historiografia, os *cunhamenas* ou *transfrontiersmen* na definição de David Sweet, ainda são personagens um tanto obscuros.¹⁹ Os *cunhamena* eram especialistas em descimentos e atuaram, com bastante intensidade, entre os povos Arawak. Nascido em Belém do Pará, Pedro era bastante respeitado nos sertões do rio Negro. Barbara Sommer refez parte de sua trajetória pessoal e familiar chamando a atenção para o fato de que sua carreira nos sertões nada tinha de excepcional. Normalmente mamelucos, os capitães de descimentos transitavam, sem maiores restrições, até a metade do século XVIII. Sua atuação ambígua nos sertões,

¹⁷ Existe ainda um outro grupo, relativo ao período que vai até 1770, onde são arroladas seis outras confederações: Darivazanas; Amuisanas; Tariana-Maniba; Guaipunavis; Marabitanas e Madwakas.

¹⁸ Ver, em especial, o capítulo II de GUZMAN, Décio Marco Antônio Alencar. *Histórias de branco: memória, história e etno-história dos índios Manao do Rio Negro (Séc. XVIII – XX)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP. Campinas – SP, 1997.

¹⁹ A palavra em *nheengatu* significa marido da mulher. No vocabulário corrente da região, era sinônimo de um homem casado com várias mulheres. SWEET, D. *A rich realm of nature destroyed: the Middle Amazon Valley, 1640-1750*. PhD. Thesis. Madison, University of Wisconsin, 1974, p. 310.

valendo-se de sua rede de parentesco nativo para garantir aliados e formar suas próprias tropas, permitia-lhes lançar mão destas mesmas redes para reduzir outros índios ao cativeiro. Sommer assegura que os governadores, usualmente, premiavam os *cunhamena* com postos militares e, de uma maneira geral, suas carreiras seguiram paralelas às de outros militares até o momento das reformas pombalinas na segunda metade do século XVIII.²⁰

A atuação dos capitães de descimentos também permite conectar outros personagens, além da filha de Joá. Os Principais Cucui e Emu eram conhecidos pela prática de apresamento de índios para o cativeiro, fato já mencionado neste texto. Àquela altura, com as reformas pombalinas em curso e, dentre elas, a promulgação da Lei de Liberdades dos Índios, os principais parecem ter alterado suas rotas mercantis: em vez dos comerciantes paraenses, “os homens de vida estragada que eram seus sócios”, passaram a negociar os cativos com os padres dos estabelecimentos espanhóis da fronteira.²¹

Almeida resume bem tais ambiguidades ao afirmar que as “práticas de enobrecimento indígenas e coloniais somaram-se, no empreendimento da conquista e da colonização. Sociedades indígenas absorveram e enobreceram portugueses que lhes prestaram serviços e adquiriram seus hábitos e costumes, e os portugueses fizeram o mesmo com algumas lideranças essenciais em suas conquistas.”²²

Do quadro traçado até aqui, é possível afirmar que as ações levadas a cabo contra a tropa lusa no rio Marié faziam parte de estratégias mais amplas e que tinham como referência um conjunto de experiências que antecedia a presença das autoridades lusas e suas novas formas de contato. Manejando, com habilidade, este novo jogo,

²⁰ SOMMER, B. Colony of the Sertão: Amazonian expeditions and the Indian slave trade. *The Americas*, v. 61, n. 3, pp. 401-428, 2005, p. 418 *passim*. Pedro Braga foi denunciado ao Santo Ofício por poligamia e foi preso em fevereiro de 1757. Cf. Processo 5.169 (www.ufpa.br/cma/inquisicao/processos.html)

²¹ 137ª Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Marquês de Pombal, 16 de novembro de 1755. In MENDONÇA, Marcos C. *Idem ibidem*. Sobre as reformas pombalinas, ver, entre outros, COELHO, Mauro C. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América a partir da Colônia*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da USP. São Paulo, 2005. Uma nota curiosa: os pagamentos espanhóis eram feitos em panos brancos com listras azuis, mercadoria exclusivamente fabricada nas aldeias do Orinoco. Todos os Principais compareceram à reunião com o governador usando os tais tecidos deixando claro quais eram suas conexões e parceiros mercantis. Uma segunda nota: pode ser apenas uma coincidência, mas vale a pena chamar atenção para o fato de que o filho de Emu era chamado de Braga.

²² ALMEIDA, M. Regina. *Op. cit.*, p. 23.

carregado de desconfiança e de promessas descumpridas, a morte do grupo no Marié parecia ser uma espécie de mensagem aos recém-chegados reificando hierarquias internas e ratificando lugares de poder. Nem mesmo o amigo Muniz foi poupado de sua eloquência. Sem dúvida, foi um recado indiscutível e, ao final, ratificou a fala dos Principais recalcitrantes, registrada por Antônio Landi: recusaram-se a descer porque “nem eles e nem sua gente eram sujeitos a pessoa alguma.”²³

A guerra permanente como estratégia: o “formidável motim” de 1757

Depois do descimento frustrado, Manacaçari passou a ser designado como sendo um vassalo “aleivoso e rebelde”, merecedor de severo castigo. Mendonça Furtado queria enviar, de imediato, uma tropa punitiva, mas duvidando se tinha poderes para tanto, preferiu consultar o Reino. Enquanto isso, Manacaçari e as lideranças indígenas tinham outros planos.

Em 1 de junho de 1757, explodiu um conflito em uma das povoações próximas a Barcelos. Dari (Lamalonga) foi palco de uma revolta de índios, sob o comando de seu Principal Domingos, aparentemente contrariado com a intervenção do missionário que o instava a abandonar uma de suas mulheres. Domingos aliou-se aos Principais João Damasceno, Ambrósio e Manoel e, juntos, atacaram com violência a casa do missionário, depois, a igreja e, por fim, colocaram fogo na povoação. Entre junho e setembro, de acordo com o ouvidor Francisco Ribeiro de Sampaio, ampliaram de forma significativa seu rol de aliados, entre eles estavam Manacaçari, Mabé (Principal de Poiares), Canaruana e Banacari.²⁴

Enquanto isso, na povoação próxima, Bararoá (Tomar) estava em curso outro movimento. Há certo tempo, o Principal Inácio Pimentel Jacunumá estava convencendo outras lideranças a abandonar o aldeamento. Enquanto costurava suas alianças, Jacunumá faleceu e a tarefa passou para seu sobrinho João Tagemary que executou tudo como previsto pelo tio, com o reforço inesperado de um grupo de índios Coyana, fugitivos da aldeia de Surubiú (Alenquer). Manacaçari também foi contactado e é provável que sua presença tenha ajudado a fundir os grupos insatisfeitos em um

²³ FERREIRA, Alexandre R.. *Op. cit.*, p. 565.

²⁴ SAMPAIO, Francisco X. R. *As viagens do Ouvidor Sampaio (1774-1775)*. [1825: Lisboa] Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1985, p. 111.

verdadeiro exército, responsável pelo que será chamado de “formidável motim de 1757” que “chegaria a reduzir a cinzas todas as colônias portuguesas do Rio Negro se não fosse brevemente atalhado”.²⁵

Não há exagero. Em 24 de setembro os índios atacaram a povoação de Caboquena (Moreira) e mataram o missionário e o Principal Manao José de Menezes Caboquena. Este principal era conhecido como aliado dos portugueses e autores como Francisco Jorge dos Santos acreditam que este tenha sido um dos motivos que ajudou a “encurtar sua vida”. A ação seguinte também foi rápida. Dois dias depois, atacaram Bararoá (Tomar). Apesar de existir ali um destacamento de 20 homens, a tropa abandonou a aldeia sem explicação e o exército índio não teve dificuldades para tomar o lugar, invadir a igreja, cortar a cabeça da imagem de Santa Rosa e, na retirada, atear fogo em parte da povoação. Certamente, em função da presença do grupo de João Tagemary, o ataque a Bararoá tinha o perfil de um ajuste de contas.²⁶

Depois de Bararoá, o exército índio retirou-se para a ilha de Timoni (Ilha Grande). Todos os indícios apontavam para um ataque pesado sobre Barcelos que, coincidentemente, estava desguarnecida por conta de uma sublevação da tropa que, sem soldo, havia desertado para os domínios de Espanha. A partir da ilha, os índios expandiam sua rede de contatos e mais Principais se juntavam ao grupo.

As “desordens” dos índios eram articuladas e coerentes com o perfil das confederações multiétnicas. Apesar da precariedade de dados, fica evidente a multiplicidade étnica, revelada pela contínua adesão de lideranças rionegrinas e pela presença e engajamento dos índios Coyana. Também não pode haver dúvida quanto ao poder e capacidade de liderança de Principais como Manacaçari que, tudo indica, foi convocado pelos grupos rebelados para prestar seu apoio a ambos. Ele não só apoiou como também é razoável crer que tenha sido um dos articuladores da expansão do

²⁵ SAMPAIO, Francisco X. R. *op. cit.*, p. 110. A notícia das movimentações em Bararoá está na Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Thomé Corte Real, de 4 de julho de 1758 *In Boletim da CEDEAM*. Manaus, v. 1, n. 1, p. 51.

²⁶ SANTOS, Francisco J. *Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina*. 2ª ed. Manaus: EDUA, 2002, p. 98. Vale a pena lembrar que as povoações de Dari e Bararoá eram marcadas pela dissensão dos irmãos Manao João José Dari e Alexandre de Souza Cabacari. Dari estabeleceu-se na missão de S. Ângelo após a guerra Manao-Mayapena. Seu irmão Cabacari é reputado como sendo a primeira liderança Manao aliada dos portugueses. Foi ele que conduziu as tropas para aldeia de Majuri em 1728. Desentendeu-se com Dari e fundou sua própria aldeia que se transformou na missão de Santa Rosa de Bararoá. Cf. SWEET, D. *Op. cit.*, p. 740 e 742.

movimento. O recrutamento de novos aliados, seja por meio do parentesco ou não, também está indicado na documentação disponível.

O ataque à capital parece ser parte de uma estratégia audaciosa em mais uma tentativa de demarcar lugares de poder. Lembrando que estamos tratando de uma região com forte presença de povos Arawak, é importante não esquecer, seguindo Robin Wright, o fato de que a guerra como instituição era bastante desenvolvida entre eles. Nessa direção, é lícito supor que um ataque à capital carrega um componente decisivo se se repetissem os sucessos dos ataques anteriores. Também não se pode desprezar o fato de que a memória da guerra Manao-Mayapena ainda estava viva, como bem lembrou Ribeiro de Sampaio.²⁷

O fim da guerra?

No exercício do governo do rio Negro, em plena rebelião indígena e sem tropas suficientes, só restava a Gabriel Filgueiras pedir socorro ao Pará. Foi enviada uma tropa de 180 homens sob o comando do Capitão Miguel de Siqueira Chaves, conhecido nos sertões não apenas pelas eficácia de suas expedições punitivas mas também pela sua “má criação no contrabando de tapuias em cuja miséria caiu muitas vezes”.

Há algumas lacunas na documentação e, aparentemente, a tropa só chegou ao rio Negro em 1758, possivelmente entre os meses de abril e maio. Se a informação procede significa afirmar que o clima de sobressalto persistiu por mais de seis meses na Capitania e, em especial, em sua capital desguarnecida. Ribeiro de Sampaio afirma que, quando a tropa chegou, “não foi necessário mais para sossegar os ânimos atemorizados dos seus habitantes, que quase todos tinham desamparado a vila, passando principalmente a noite fora com receio de uma invasão repentina”.²⁸

De todo modo, o que se seguiu à chegada de Siqueira Chaves foi um violento embate. Os índios se prepararam para tomar Barcelos e a tropa de Chaves rechaçou os ataques maciços. Manacaçari morreu em um destes confrontos. Ao final, depois de intensos combates e derrotados os índios, o governador Mendonça Furtado acompanhado do ouvidor do Pará, Pascoal Abranches Madeira, abriu processo contra os rebeldes.

²⁷ WRIGHT, R. *Op. cit.* P. 261. SAMPAIO, Francisco X. R. *op. cit.*, p.116.

²⁸ SAMPAIO, F. *Op. cit.*, p. 112.

Foram condenados à forca três índios e a execução ocorreu em Caboquena (Moreira). Não eram lideranças e todos pareciam saber disso porque não pairavam dúvidas a quem cabia a responsabilidade: “Toda esta bulha tem sido feita pelos Índios Manaos que há muitos anos estão nas Aldeias e que tem uma propensão grande para estes insultos”.²⁹

Dezenas de prisioneiros foram enviados a Belém. No final do ano de 1758, o governador Mello e Póvoas ainda lastimava os efeitos funestos da rebelião, em especial por conta do abandono das roças e da conseqüente falta de gêneros: “As povoações estão destituídas de índios por se terem estes empregado no Real Serviço, tanto na tropa, como nas muitas expedições que tem saído desta vila para o Pará a levar prisioneiros e a conduzir mantimentos para este arraial.”³⁰

Passado um ano, os prisioneiros do rio Negro estavam entregues à própria sorte, apodrecendo – literalmente – na cadeia de Belém. O processo não havia chegado a termo e eles morriam na prisão no mais absoluto desamparo: “Todos os dias se estavam enterrando com o maior escândalo de todo este povo, indo para a cova amarrados em um pau, nus, pelas ruas desta cidade como se fora um animal imundo e não homens batizados como muitos deles eram.”³¹

O que teria acontecido com as lideranças? Algumas pistas oferecem caminhos instigantes e “bons para pensar”. Um deles diz respeito às escolhas de Aduana. Em algum momento incerto, resolveu abandonar seu mocambo retornando com sua gente à povoação de Santo Ângelo de Cumarú (Poiães), tornando-se uma respeitável liderança estabelecida no mundo colonial ao ponto de garantir para sua descendência a ocupação do cargo de Principal. Durante sua viagem pela Capitania do Rio Negro, em 1783, Alexandre Rodrigues Ferreira registrou que o Principal de Poiães, Sebastião Carvalho, era descendente de Aduana. Para ele, aceitar as práticas de enobrecimento do mundo colonial revelou-se um caminho promissor.³²

²⁹ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Thomé Corte Real, de 4 de julho de 1758 *In Boletim da CEDEAM*. Manaus, v. 1, n. 1, p. 52-53.

³⁰ Carta de Joaquim de Mello e Póvoas a Thomé Corte Real, de 21 de dezembro de 1758. *In. Cartas do primeiro governador da Capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Mello e Póvoas (1758-1761)*: transcrições paleográficas. Manaus: Universidade do Amazonas/CEDEAM, 1983, pp. 109-113.

³¹ Projeto Resgate - AHU – ACL – CU 013, Cx. 45, D. 4098, de 20 de julho de 1759.

³² SAMPAIO, P. Cidades desaparecidas na Amazônia. Poiães, séculos XVIII e XIX. *História Social*. Campinas/SP, n. 10, 2003, pp. 73-100.

Por outro lado, no sertão, a estratégia da guerra permanente continuava bem viva. Agora, era o filho de Manacaçari que aguçava os temores dos administradores reconstituindo as alianças feitas por seu pai com os “levantados”. Com ele, estavam os Principais Damasceno, Tagemary e Canaruana, líderes de primeira hora da rebelião, estabelecidos em frente à aldeia de Manacaçari, no rio Cauaburis. Não estavam escondidos; se o terror não contaminou inteiramente as leituras de Furtado e de seus informantes, eles estavam reorganizando forças e preparando-se para novos embates. É isto que se depreende das ordens recebidas pelo Capitão Siqueira Chaves que, em pleno agosto de 1758, quase um ano depois do início do motim em Dari, ainda estava com a tropa a postos nas cachoeiras no encalço dos “aleivosos e rebeldes”. Sua tarefa era prender os “facinorosos para se poder fazer deles um exemplo em que escarmentem os mais para não tornarem a cometer semelhantes insultos.”³³

O sertão continuava em plena ebulição e outros levantes estavam emergindo. A guerra permanente parecia ser a opção política mais eficaz naquela conjuntura. Em Marabitanas, os Principais Clavina, Manuel de Carvalho e Beteru, unidos a grupos Mapuris dos rios Anavei e Ajuanã, estavam se preparando atacar as povoações. Acima da Cachoeira Grande, Mabé, o irmão de Manacaçari, continuava a conduzir os rumos de seu mocambo, “embaraçando inteiramente a navegação deste rio para os centros sem servir de mais utilidade que a de recolher em sua chamada aldeia a maior parte dos índios cristãos que fogem não só destas povoações mas ainda das de baixo e vai se fazendo poderosíssimo.”³⁴

Ainda é preciso algum tempo nos arquivos para revelar, em sua inteireza, a complexidade e a verdadeira extensão do “formidável motim”. A historiografia dedicou-lhe pouca atenção. Contudo, os dados disponíveis, ainda que esparsos, não parecem deixar dúvidas quanto às escolhas políticas das lideranças rionegrinas naquela conjuntura determinada: a opção pelo confronto ratificava e ampliava a intensidade das confederações multiétnicas. Não parecia importar que Manacaçari tivesse morrido porque as outras lideranças continuavam a dar o tom político na região acima das cachoeiras, tirando o sono dos administradores coloniais.

³³ Regimento ao Capitão Miguel de Siqueira In. FERREIRA, Alexandre R. *Op. cit.*, pp. 572-573.

³⁴ Regimento ao Capitão Miguel de Siqueira In. FERREIRA, Alexandre R. *Op. cit.*, p. 574.

A longevidade destas estratégias pode ser mensurada. Passada mais de uma década dos “funestos” levantes do rio Negro, Mendonça Furtado já em Lisboa, na condição de Secretário dos Negócios do Reino, recebe uma carta de Barcelos, assinada pelo governador Joaquim Tinoco Valente. É difícil não imaginar a imprecação furiosa que deve ter sido da boca do nobre secretário. Afinal, o que estava escrito na carta? Dizia Valente que, em 6 de junho de 1766, havia ocorrido um descimento mal sucedido no rio Cauaburis. Nele, perdera a vida ajudante Francisco Rodrigues nas mãos do gentio quando viajava em diligência para descer o Principal Mabiú que, depois de ter sido ajustado e acertado, “rebelou toda sua gente para cometerem o desventurado intento de seu diabólico destino”.³⁵ Graças à eficácia política das lideranças rionegrinas, esta parece ser uma história que estava bem longe de terminar...

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. De Araribóia a Martim Afonso: lideranças indígenas, mestiçagem étnico-culturais e hierarquias sociais na colônia. In. VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva. NEVES, Guilherme Pereira. (orgs). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: Ed.UFF, pp. 13-28,2006.

Cartas do primeiro governador da Capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Mello e Póvoas (1758-1761): transcrições paleográficas. Manaus: Universidade do Amazonas/CEDEAM, 1983.

COELHO, Mauro César. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América a partir da Colônia. O caso do Diretório dos Índios (1751-1798)* Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da USP. São Paulo, 2005.

FARAGE, Nádia. De Guerreiros, Escravos e Súditos: O tráfico de escravos caribe-holandês no século XVIII. *Anuário Antropológico/84*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 174-187, 1985.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. 2ª ed. organizada, atualizada, anotada e ampliada por SANTOS, Francisco Jorge, UGARTE, Auxiliomar Silva e OLIVEIRA, Mateus Coimbra. Manao: EDUA/Editora do INPA, 2007.

GUZMÁN, Décio Marco Antônio Alencar. *Histórias de branco: memória, história e etno-história dos índios Manao do Rio Negro (Séc. XVIII – XX)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP. Campinas – SP, 1997.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759*. Rio de Janeiro: IHGB, 1963, 3 v.

³⁵ Carta de Joaquim Tinoco Valente a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 22 de julho de 1766.- ANRJ - AHU – C001 – Doc. 48.

- SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *As viagens do Ouvidor Sampaio (1774-1775)*. [1825: Lisboa] Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1985.
- SAMPAIO, Patricia Melo. *Espelhos partidos. Etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Manaus: EDUA/FAPEAM, 2010.
- SAMPAIO, Patricia Melo. Cidades desaparecidas na Amazônia. Poiares, séculos XVIII e XIX. *História Social*. Campinas/SP, n. 10, pp. 73-100, 2003.
- SANTOS, Francisco Jorge. *Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina*. 2ª ed. Manaus: EDUA, 2002.
- SOMMER, Barbara. Colony of the Sertão: Amazonian expeditions and the Indian slave trade. *The Americas*, v. 61, n. 3, pp. 401-428, 2005.
- STERN, Steve. The rise and fall of indian-white alliances: a regional view of 'conquest' history. *Hispanic American Historical Review*, v. 61, n. 3, pp. 461-491, 1981.
- SWEET, David Graham. *A rich realm of nature destroyed: the Middle Amazon Valley, 1640-1750*. PhD. Thesis. Madison, University of Wisconsin, 1974.
- VIDAL, Silvia M. e ZUCCHI, Alberta. Efectos de las expansiones coloniales en las poblaciones indígenas del Noroeste Amazónico (1798-1830). *Colonial Latin American Review*, v. 8, n. 1, pp. 113-132, 1999.
- WILDE, Guillermo. *Antropología histórica del liderazgo Guaraní Misionero, 1750-1850*. Tesis de Doctorado. Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires, 2003.
- WRIGHT, Robin. História Indígena do Noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas. In. CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/ FAPESP/SMC, pp. 253-266, 1992.